



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE CHUVISCA
PODER LEGISLATIVO MUNICÍPIO DE CHUVISCA



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA, CIDADANIA E REDAÇÃO FINAL

Parecer 19/2025

Câmara Municipal
de Vereadores de Chuvisca

Autor do Projeto: Mesa Diretora Poder Legislativo

Relator: Vereador Jhonatan Pereira Xavier

Matéria: Projeto de Lei Legislativo nº. 02/2025.

Protocolo nº 99

Data: 11/03/2025

Horário: 10:38

Bentini
Responsável

ASSUNTO: Exame da legalidade do Projeto de Lei Legislativo nº 02/2025:

"Estabelece revisão anual e aumento real dos
vencimentos dos servidores do Poder Legislativo."

1. RELATÓRIO:

O presente Projeto de Lei Legislativo, de autoria da Mesa Diretora, foi apresentado nesta Casa Legislativa no dia 07/03/2025, sob o protocolo nº 94, indo à leitura na sessão ordinária ocorrida na data de 10/03/2025, com posterior encaminhamento às Comissões de Constituição, Justiça, Cidadania e Redação Final e Orçamento, Finanças e Controle Externo.

A Comissão se reuniu em 11/03/2025, ocasião em que analisou e deliberou o Projeto de Lei em questão.

É o breve relato.

2. PARECER:

No tocante à iniciativa privativa, não há óbice quanto à constitucionalidade formal do Projeto de Lei Legislativo, eis que corretamente proposto pelo Poder Legislativo através da Mesa Diretora.

A revisão geral anual se aplica para todos os servidores, em atendimento ao inciso X do art. 37 da CF, a fim de recuperar a perda inflacionária

do respectivo período, considerando os últimos 12 meses.

Quanto ao período de apuração do índice do IGP-M, justificado no Projeto de Lei, deve ser de janeiro de 2024 a dezembro de 2024, considerando a data-base da RGA em janeiro de cada ano.

O período de apuração, de janeiro/2024 a dezembro de 2024, pelo divulgado pelo IBGE, quanto ao acumulado do IPCA de 12 meses, foi de 4,83%, encontrando compatibilidade com o proposto no PL, em seu art. 1º.

O projeto de lei, ainda, concede com o índice de 1,44% a título de aumento real, nos termos do disposto no art. 1º, do PL. O qual fica na margem de discricionariedade administrativa.

Assim, após análise do mérito da proposição e confrontação com os Princípios Constitucionais atinentes à espécie, e em não havendo óbices que possam macular a presente iniciativa, tem-se que há viabilidade técnica e jurídica ao Projeto de Lei Legislativo em questão.

3. CONCLUSÃO:

Ante o exposto, conclui-se pela viabilidade técnica e jurídica do Projeto de Lei Legislativo nº 02/2025, razão pela qual o relator, Ver. Jhonnatan, emite o presente parecer **FAVORÁVEL** à matéria em análise, opinando pela **LEGALIDADE** e **CONSTITUCIONALIDADE** da proposição, a fim que seja encaminhado ao Plenário para votação.

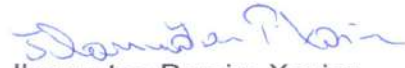
É o Parecer.

Chuívisca (RS), 11 de março de 2025.



Douglas Bierhals Roloff

Presidente



Jhonnatan Pereira Xavier

Relator



Paulo Israel Longaray Martins

Secretário